

Handwritten signature

Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte dois de Janeiro de dois mil e dez

----- Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, na Cidade de Viseu, no Solar dos Peixotos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Informações; -----
- 2. Aprovação da Acta n.º 4 da Assembleia Intermunicipal; -----
- 3. Designação do Secretário Executivo e a respectiva remuneração, de acordo com as funções exercidas mediante proposta do Conselho Executivo, nos termos do disposto na alínea n) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e alínea u) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRD; -----
- 4. Análise, Discussão e Aprovação do Mapa de Pessoal da CIMRD para o ano de 2010, nos termos das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 5. Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para o exercício económico de dois mil e dez, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do n.º1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRD; -----
- 6. Outros Assuntos. -----

----- Realizada a chamada cerca das dezanove horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

-----António Jorge Ribeiro de Figueiredo; -----

-----José Manuel Flórido; -----

-----Maria do Céu Amaral Sousa; -----

-----António Luís Lopes dos Santos; -----

-----Joaquim Alberto Vieira Coimbra; -----

----- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em face da ausência do Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, convidou a Senhora Deputada Cristiana Maria da Silva Ferreira para ocupar o seu lugar na mesa.

----- Colocou á consideração da Assembleia, a proposta da Mesa, para manter em vigor o Regimento anterior. -----

Handwritten signature and arrow pointing to the first paragraph.

----- Como nenhum dos presentes propôs qualquer alteração, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, passando a ser o Regimento Provisório da Assembleia Intermunicipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se algum dos presentes pretendia inscrever-se no período de antes da ordem do dia. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques.-

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado apresentou uma moção relativa à ligação, em auto-estrada, entre Viseu e Coimbra, que apesar de várias vezes prometida ainda não passou do “papel”, salientando que o actual IP3 não serve as necessidades da população; propondo assim uma moção no sentido de a CIMRDL manifestar a “sua indignação” pelo protelamento da auto-estrada entre Viseu e Coimbra e propõe também que se proceda a algumas obras de melhoria do actual IP3. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em face da inexistência de qualquer proposta de alteração colocou a moção a votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade, passando a mesma a fazer parte integrante da presente acta e encontrando-se arquivada na pasta de Moções da Assembleia Intermunicipal. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Monteiro Casais. -----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado realçou a deficiente acessibilidade rodoviária entre Viseu e São Pedro do Sul propondo a criação de uma via alternativa, e lembra que esta sua reivindicação já tem vários anos – propõe por isso uma recomendação para que a Comunidade Intermunicipal procure resolver este problema. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, atendendo à inexistência de qualquer inscrição para intervir, colocou à votação a recomendação proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. ---

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Henriques Mota Faria. ---

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado referiu que trazia a debate a problemática do desemprego e da pobreza na região, salientando que a intervenção levada a cabo pelo poder local tem sido decisiva para atenuar este flagelo. Referiu, ainda, que a região necessita de mais investimento público, nomeadamente, daqueles que se revestem de “bens públicos essenciais”, como a Universidade Pública, podendo esta constituir-se como um motor de desenvolvimento da região. -----

----- Neste sentido, o Senhor Deputado apresentou uma moção com o objectivo de se desenvolverem todos os esforços para a criação de uma Universidade Pública na região, apoiando-se, para tal, na existência de vários estudos que fundamentam esta opção. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Pedro Costa Lopes. -----



----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado referiu que é necessário ter sentido de responsabilidade quando se fazem reivindicações deste género, pois existem áreas que podem revestir-se de maior interesse para a região, como por exemplo a enologia. Salientou, ainda, que é inútil Viseu reivindicar uma Universidade em sentido lato, afirmando que primeiro se devem considerar quais os sectores estratégicos a desenvolver, terminando a sua intervenção afirmando que irá votar contra esta moção, por considerar que a questão da universidade pública se está a transformar numa “pirraça”. -----

----- Foi dada de seguida a palavra à Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira. -----

----- Na sua intervenção, a Senhora Deputada recordou que a problemática da universidade pública já tinha sido amplamente discutida numa das últimas Assembleias Municipais de Viseu, no entanto esta moção carece de elementos pertinentes para que se possa votar. Na Assembleia Municipal de Viseu não foi aprovada uma moção para a criação de uma Universidade mas sim para a criação de um grupo de trabalho que tinha como função perceber qual o melhor modelo e qual o melhor investimento, para reivindicar junto do Senhor Ministro do Ensino Superior. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Alexandre Gomes Pina Rodrigues dos Santos. -----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado referiu que em relação à problemática da Universidade de Viseu, foi definido na última Assembleia Municipal de Viseu que seria endereçado ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia uma missiva reiterando a necessidade da criação de uma Universidade Pública em Viseu, até porque o impacto de uma Universidade Pública seria extensível à Região de Viseu e não apenas à capital de Distrito. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Henriques Mota Faria. ---

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado reiterou que não se deve proceder à criação de uma universidade por decreto, devendo-se por isso respeitar o ponto de vista dos especialistas e dos técnicos que apresentaram soluções, tendo finalizado dizendo que existe uma Resolução do Conselho de Ministros, de dezassete de Maio de dois mil e quatro, que cria a Universidade Pública de Viseu. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a moção apresentada, tendo esta sido aprovada por maioria, com dezoito abstenções e cinco votos contra, passando a mesma a fazer parte integrante da presente acta e encontrando-se arquivada na pasta de Moções da Assembleia Intermunicipal. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, solicitou a palavra para responder ao Senhor Deputado Manuel Teodósio acerca da auto-estrada Viseu-Coimbra,

flato

referindo que os catorze municípios se associam a essa reivindicação, lembrando que a referida auto-estrada irá ter portagens, sendo por isso auto-sustentável. -----

---- Relativamente à ligação entre Viseu e São Pedro do Sul, o Dr. Carlos Marta afirmou que a ligação estava prevista no plano estratégico da CIMRDL, contudo tal ligação não foi avante uma vez que consumiria todos os recursos disponíveis, não sobrando verbas para outros projectos igualmente estruturantes para a região. -----

---- No que concerne à Universidade de Viseu, o Senhor Presidente do Conselho Executivo escusou-se a falar do assunto devido às responsabilidades políticas que teve no passado, remetendo a abordagem deste assunto para as suas memórias políticas. -----

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período de antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

---- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – Informações -, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Marta. -----

----O Senhor Presidente do Conselho Executivo começou por felicitar os membros da mesa pela eleição, bem como, os Senhores Deputados Intermunicipais, manifestando o desejo de uma cooperação frutífera para o desenvolvimento da região, manifestando a sua total disponibilidade para com os membros da Assembleia Intermunicipal. -----

----Informou, ainda, que foi enviado um CD, a cada Senhor Deputado, contendo todos os documentos e propostas necessários ao bom funcionamento da presente assembleia, e que das várias Assembleias Intermunicipais já realizadas já se encontravam cumpridas todas as obrigações financeiras para com os seus intervenientes. -----

----O Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL sugeriu, ainda, que se procedesse à nomeação do Concelho que iria acolher a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal, lembrando que se deveria respeitar a rotatividade entre os diversos municípios. -----

----Informou que entre a CIMRDL e o Mais Centro foram contratualizados cerca de setenta milhões de euros FEDER, tendo já sido aprovados cerca de vinte milhões de euros, independentemente dos cerca de dez milhões de euros já aprovados para os Centros Escolares. Em resumo a taxa FEDER comprometida é de cerca de quarenta e dois por cento, sendo a CIMRDL a Comunidade Intermunicipal da Região Centro com mais FEDER aprovado no âmbito da contratualização. -----

---- O Dr. Carlos Marta informou, ainda, que no passado dia dezasseis de Dezembro de dois mil e nove foram assinados os primeiros contratos de financiamento entre a CIMRDL e os Municípios num valor superior a onze milhões de euros de FEDER e que nos próximos dias



serão assinados outros contratos de financiamento, sobretudo para os centros escolares, num valor a rondar os quatro milhões de euros. -----

----- Informou, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que o atraso na entrega das verbas acordadas por parte do “Mais Centro” tem colocado grandes embaraços às tesourarias municipais. -----

----- Referiu também que a Comunidade Intermunicipal tem apresentado candidaturas a outros programas operacionais temáticos, nomeadamente projectos ligados à eficiência energética, Programa Operacional da Valorização do Território, e projectos ligados à qualificação dos recursos humanos, Programa Operacional do Potencial Humano. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, deu de seguida a palavra aos membros da Assembleia, para se pronunciarem sobre qualquer questão.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário do Carmo Pereira. -----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado alertou o Senhor Presidente do Conselho Executivo para o facto de existirem parcelas do território, sob a sua jurisdição, que ainda não possuíam acesso à internet em banda larga, além de não possuírem uma rede eléctrica eficiente, referindo também a deficiente rede de transportes públicos nas zonas mais recônditas do território. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Manuel da Silva Oliva.-----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado começou por reconhecer o mérito do Dr. Carlos Marta não só enquanto Presidente de Câmara de Tondela mas também enquanto Presidente da CIMRDL, questionando-o acerca de algumas deficiências nas acessibilidades que existem no território que representa, nomeadamente na ligação Sátão-Viseu. -----

----- Não havendo mais nenhuma questão a colocar o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Executivo começou por recordar que a CIMRDL não tem nenhuma competência na economia digital, nem na eficiência energética ou nos transportes, ainda assim, irá empenhar-se nestas problemáticas, dando como exemplo a abertura demonstrada pela EDP no sentido de aumentar a relação qualidade/preço no que concerne à iluminação pública. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Deputado Manuel da Silva Oliva, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, referiu que a qualidade dos serviços está desde logo assegurada pela qualidade dos autarcas que presidem aos destinos dos municípios que compõem a CIMRDL, além da competência demonstrada e reconhecida pelo Secretário Executivo da CIMRDL, Dr. Nuno Martinho. -----

Handwritten blue arrow pointing to the logo and the word "Habela" written in blue ink.

----- Em relação à questão relacionada com as acessibilidades rodoviárias entre o Sátão e Viseu, o Dr. Carlos Marta afirmou que a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões se associa àqueles dois municípios na reivindicação, junto das entidades competentes, da melhoria daquela acessibilidade. -----

----- Finalizadas as informações prestadas pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, e não havendo mais nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia passou, de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos - aprovação da acta nº 4 da Assembleia Intermunicipal - e que já se encontra na posse dos Senhores Deputados. -----

----- Posta a votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e três abstenções. -----

----- Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos - Designação do Secretário Executivo e a respectiva remuneração, de acordo com as funções exercidas mediante proposta do Conselho Executivo, nos termos do disposto na alínea n) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e alínea u) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL – o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo que apresentou a sua proposta aos Senhores Deputados da Assembleia Intermunicipal, o que o fez nos termos seguintes: -----

1. A designação do Dr. Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho para Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões e indexar a respectiva remuneração à de Vereador a Tempo Inteiro na Câmara Municipal de Tondela; -----

2. Que lhe sejam atribuídas as seguintes funções: -----

2.1 - Dirigir os serviços de gestão administrativa e financeira; -----

2.2 - Dirigir os serviços de modernização da administração local; -----

2.3 – Dirigir os serviços de cooperação territorial e promoção da região; -----

2.4 – Dirigir os serviços de tecnologia de informação e comunicação; -----

2.5 – Coordenar a Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de Contratualização com a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro”; -----

2.6 – Autorizar despesas até ao limite de 5.000€ (valor máximo de ajuste directo, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008 de 29 de Janeiro); -----

2.7 - Demais competências no foro da gestão corrente de acordo com as deliberações do Conselho Executivo da CIMRDL. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, questionou se algum dos Senhores Deputados pretendia intervir; não havendo pedidos de intervenção colocou a proposta do Conselho Executivo a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções, informando, ainda, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada



em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Passando ao quarto ponto da ordem de trabalhos Análise, Discussão e Aprovação do Mapa de Pessoal da CIMRDL para o ano de 2010, nos termos das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, tendo este começado por apresentar o mapa de pessoal da CIMRDL, afirmando que, para além do Secretário-Executivo, a CIMRDL possui um Departamento de Controlo e Gestão da Contratualização, Unidade de Gestão do processo de Contratualização com o Programa Mais Centro; um Departamento de Cooperação Territorial e Promoção da Região; um Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação; um Departamento de Gestão Administrativa e Financeira e um Departamento de Modernização da Administração Local. -----

----- Em termos de postos de trabalho, além do Secretário-Executivo, que assume a Coordenação do Departamento de Controlo e Gestão da Contratualização, tem mais três elementos nesta estrutura de Apoio Técnico; o Departamento de Cooperação Territorial e Promoção da Região não possui nenhum posto de trabalho neste momento. Contudo está planeado que ele venha a surgir durante o corrente ano, nomeadamente para a gestão do projecto das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, caso ele venha a ser aprovado pelo Programa Mais Centro. -----

----- Quanto ao Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação, não está prevista a indicação de nenhum elemento a tempo inteiro, contando a CIMRDL com a ajuda para este efeito do pessoal da Câmara Municipal de Tondela. -----

----- Relativamente ao Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, está prevista a criação de um Director de Departamento e um Assistente Técnico. Em relação à área financeira a CIMRDL não tem, neste momento, ninguém com estas funções específicas, pelo que as responsabilidades desta área estão na posse do Secretário Executivo. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir; não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, informando, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

Fl. 16

----- Relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para o exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do n.º1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL – o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia dá a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo que começou por informar a Assembleia que os membros do Conselho Executivo não têm remuneração nem senhas de presença. Solicitou, ainda, que o Dr. Nuno Martinho fizesse uma breve resenha da actividade da CIMRDL durante o ano de dois mil e nove e apresentasse o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de dois mil e dez. -----

----- O Senhor Secretário Executivo começou por referir que relativamente ao Orçamento e Plano de Actividades para o ano de dois mil e dez foi distribuído um CD com todos os documentos. -----

----- Quanto às actividades desenvolvidas no ano de dois mil e nove, houve um significativo número de projectos aprovados e FEDER comprometido no âmbito da Contratualização. A CIMRDL promoveu reuniões com os técnicos das autarquias que a compõem, de forma a criar uma Plataforma Electrónica de Compras conjunta, conseguindo, assim, dar cumprimento ao novo Decreto-Lei da Contratação Pública. A forma como a CIMRDL geriu a questão da Plataforma Electrónica permitiu gerar poupanças significativas por parte dos municípios. -----

----- O Dr. Nuno Martinho informou, ainda, que o website da CIMRDL está online, com muita informação disponível, e que é permanentemente actualizado. Lembrou que através do site é possível fazer o download do Estudo de Enquadramento Estratégico e do Programa Territorial de Desenvolvimento e que a newsletter está disponível em formato digital. -----

----- O projecto de execução da Ecopista do Vouga foi acompanhado pela CIMRDL, tendo o mesmo sido concluído em Dezembro de dois mil e nove. -----

----- O início do projecto supra-municipal de formação que a CIMRDL candidatou em Dezembro de dois mil e oito ao POPH foi aprovado em Julho de dois mil e nove, estando neste momento já em execução envolvendo cerca de cento e trinta colaboradores dos vários municípios associados. -----

----- Referindo-se ao Plano de Actividades para o ano de dois mil e dez, o Dr. Nuno Martinho referiu que este se inicia com um sumário executivo, seguindo-se-lhe o contexto geográfico e sócio-económico da Região Dão Lafões e uma breve apresentação da CIMRDL, da sua estrutura organizacional e organigrama, órgãos sociais e recursos físicos e humanos; na última parte estão expostas as grandes opções do plano para o ano de 2010. -----



----- O Senhor Secretário Executivo referiu ainda que o Conselho Executivo assumiu, para dois mil e dez, quatro linhas estratégicas que irão nortear a actividade da CIMRDL, a saber: -----

----- Primeira - Organização e gestão interna, capacitação institucional e comunicação; -----

----- Segunda - Promoção da cooperação intermunicipal e incrementar a capacidade competitiva e a coesão territorial; -----

----- Terceira - Gestão, Monitorização e avaliação da contratualização com o Programa “Mais Centro”; -----

----- Quarta - Prospectiva Regional e Estratégia de Desenvolvimento. -----

----- Mais referiu o Senhor Secretário Executivo que o primeiro pilar justifica-se pelo crescimento em termos de actividades da CIMRDL, tornando-se premente a organização dos serviços para dar uma resposta aos novos desafios que se avizinham. Assim prevê-se: a implementação do programa de secretariado e expediente geral; a aquisição de equipamento informático para dotar os postos de trabalho a criar; a contratação dum responsável pelo Departamento da Gestão Administrativa e Financeira; a contratação de técnicos para os vários departamentos, tendo em conta o previsível aumento da actividade e, por outro lado, a contratação de serviços jurídicos, atendendo a que a CIMRDL está deficitária nesta área. Quanto à área de promoção e divulgação, a mesma compreende as seguintes actividades: gestão do site; publicação da newsletter; publicação de uma revista anual, que irá envolver os catorze municípios; brochura institucional em vários idiomas; gestão da assessoria de imprensa e de press-releases, organização e divulgação das conferências de imprensa e assistência técnica aos pedidos de informação por parte dos órgãos de comunicação social. -----

----- Quanto ao segundo pilar salientou, o Secretário Executivo, que relativamente à Ecopista do Dão a CIMRDL tem o desafio e a ambição de vir a gerir esta plataforma, “vendendo-a” como um produto turístico, colocando-a nos principais roteiros turísticos e preparar um plano de negócios para a gestão e manutenção desta infraestrutura, tendo como referência outros projectos de Ecopistas existentes. -----

----- No que respeita à terceira linha estratégica, o Secretário Executivo voltou a referir a enorme importância numa correcta gestão e acompanhamento do contrato de subvenção global estabelecido com a Autoridade de Gestão do Programa “MaisCentro”. Referiu, ainda, que será nesta área de intervenção que a CIMRDL concentrará o maior dispêndio de tempo e recursos, de forma a continuar a manter os bons resultados atingidos durante o ano de dois mil e nove. -----

----- No que concerne à última linha estratégica o Secretário Executivo referiu que tem sido muito debatida, no seio da ANMP, a questão da descentralização de competências dos



municípios e da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais, pelo que a CIMRDL procurará, por antecipação, estudar quais as competências que se consideram pertinentes serem delegadas. -----

----- O Senhor Secretário Executivo realçou ainda as seguintes acções a levar a cabo durante o ano de 2010: -----

----- Plano de Formação Supramunicipal que está a ser levado a cabo pelos catorze municípios, sob a coordenação e gestão da CIMRDL; -----

----- Projecto Supramunicipal SAMA que também está a ser coordenado pela CIMRDL; -----

----- Projecto E3DL no âmbito da eficiência energética, alvo de uma candidatura ao POVT. A este respeito, foi ainda dito, pelo Secretário Executivo, que a CIMRDL ainda não obteve qualquer resposta em relação a esta candidatura, não obstante já ter decorrido um período significativo desde que a mesma foi submetida ao POVT. -----

----- No que respeita à Rede Urbana para a Competitividade e Inovação da Região Dão-Lafões, o Secretário Executivo referiu que têm sido estabelecidos importantes laços de colaboração com as forças vivas da Região, tais como as Escolas de Ensino Superior, Associações empresariais e empresas da região. -----

----- No que concerne ao orçamento da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões o Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, informou que este ronda o valor de um milhão de euros. Em termos de receitas elas são provenientes das quotizações dos municípios, dos fundos comunitários através do eixo da assistência técnica, das verbas referentes ao Programa Operacional do Potencial Humano e do Orçamento de Estado através da Direcção Geral das Autarquias Locais. Em termos de Plano Plurianual de Investimentos a Comunidade conta com um total de vinte e sete mil euros e em termos de Actividades Mais Relevantes estas rondam os setecentos e oitenta e dois mil euros, totalizando a verba de oitocentos e nove mil euros para as Grandes Opções do Plano. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, retomou a palavra para referir que a execução financeira do QREN está muito atrasada, com consequências nefastas para o desenvolvimento do país. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia indagou se algum dos Senhores Deputados pretendia usar da palavra sobre este ponto. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Alexandre Gomes Pina Rodrigues dos Santos. -----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado começou por se referir à promoção do planeamento e da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território



abrangido pela Comunidade, sugerindo que a Comunidade funcione como agência para a promoção do desenvolvimento local, transformando-se, para isso, numa espécie de «API – Agência Portuguesa para o Investimento» da Região Dão Lafões, promovendo a Região a nível internacional, ajudando a captar investimentos de grandes dimensões, gerador de riqueza e criador de emprego. Afirmou ainda que será mais eficiente a CIMRDL possuir este desígnio, em nome dos municípios, do que serem estes a assumi-lo, dando para isso o exemplo de outras regiões como por exemplo Paços de Ferreira. -----

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Pedro Costa Lopes.-----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado começou por afirmar que o Plano de Actividades e as Grandes Opções do Plano deixavam alguma coisa a desejar, pois, na sua óptica, deveriam ser inscritas outras verbas e outros projectos nas GOP's – rede viária e plano intermunicipal de ordenamento do território, para que fique definido por onde passarão os principais eixos viários estruturantes ou onde deverão ser instalados os equipamentos relevantes desta região.

----- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Gomes Dias.-----

----- Na sua intervenção, o Senhor Deputado começa por felicitar o Senhor Presidente do Conselho Executivo pelo dinamismo e relevância nacional que a instituição por si chefiada possui. Contudo, lamenta que no Plano de Actividades da CIMRDL não esteja evidente o dinamismo e relevância da mesma. -----

----- Afirmou que os projectos propostos pela CIMRDL abrangem, sobretudo, os concelhos mais desenvolvidos marginalizando os concelhos que apresentam menores índices de desenvolvimento. -----

----- Alertou para o facto de não ser possível ter uma visão mais alargada da actividade da CIMRDL, sugerindo para isso a realização de um Plano Plurianual de Investimentos e não somente anual. -----

----- Elogiou o facto de o Orçamento estar equilibrado, facto que não é usual, aplaudindo o Dr. Nuno Martinho por aquilo que considera ser uma boa engenharia financeira por parte do Secretário Executivo. -----

----- Referiu, ainda, o Sr. Deputado que o crescimento da Região Dão Lafões deverá ser equilibrado e harmonioso, procurando-se diminuir as assimetrias entre os vários municípios que compõem a CIMRDL, dando especial atenção àqueles que estão mais a norte e mais no interior. Para concluir, questionou quais os critérios utilizados para a definição das áreas de intervenção no âmbito do projecto de formação. -----

Flacks

----- Não se verificando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para este responder às questões colocadas. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, começou a sua intervenção dizendo que a CIMRDL só poderá desenvolver as actividades para as quais possui competências, aludindo ao facto de a CIMRDL não possuir competências, nem meios, no domínio das acessibilidades, dos transportes e ambiente, referindo que se está a fazer o que se pode dentro das competências que estão atribuídas à CIMRDL, e dos recursos financeiros que a mesma tem à sua disposição. -----

----- Respondendo concretamente ao Senhor Deputado Rui Alexandre Gomes Pina Rodrigues dos Santos, começa por afirmar que está de acordo com ele, mas que há que ter em conta a conjuntura económica por que passa o mundo em geral e a Região Dão Lafões, em particular, para afirmar que mais do que atrair novos investimentos para a Região, há que, sobretudo, tentar manter os actuais. Ainda assim, lembrou os presentes da parceria existente entre a CIMRDL e a AIRV para o projecto supramunicipal das Redes Urbanas para Competitividade e Inovação, ao delinarem uma estratégia comum para tentarem "ir mais longe" neste domínio.

----- Remeteu os presentes para a leitura do Estudo de Enquadramento Estratégico da CIMRDL, para perceberem quão ambicioso este é, mas que devido à falta de verbas não é possível ir mais longe do que já se fez e faz. -----

----- Relembrou que na atribuição de verbas a cada município se teve em consideração o posicionamento relativo de cada município em termos de desenvolvimento regional. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Rui Costa agradeceu as palavras simpáticas que proferiu, respondendo-lhe que gostaria que a CIMRDL possuísse as competências que ele enumerou. Contudo, porque a CIMRDL não possui as competências enumeradas, limitou-se a fazer o Estudo de Enquadramento Estratégico, estudo esse, que nos permitirá executar as medidas propostas pelo Senhor Deputado, caso estas nos venham a ser atribuídas. -----

----- No que concerne aos investimentos na área da educação chamou à atenção dos presentes que antes de se avançar para a construção de novas infra-estruturas há que ter em conta não apenas a rentabilização das actuais instalações como também ter em conta o decréscimo da população estudantil - a prazo - devido ao decréscimo da taxa de natalidade. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Fernando Dias começou por referir que os orçamentos devem procurar ser equilibrados, e no caso da CIMRDL porque as receitas se revestem de enorme previsibilidade é fácil de se conseguir um orçamento equilibrado. Referiu, ainda, que é a Lei que obriga a que as Câmaras tenham inscritas, as obras, nos Orçamentos e Planos de



Actividades, respectivos, para que possam usufruir de comparticipação de fundos comunitários. -----

---- De seguida informou que os critérios para a acção de formação estão claramente definidos, e que o plano de formação está a ser levado a cabo de acordo com o que foi combinado com os municípios. -----

---- Quanto à questão de determinados projectos não abrangerem os catorze municípios, tal facto deve-se às especificidades dos projectos ou à vontade dos municípios, dando como exemplo serem só os Municípios de Viseu, Tondela e Mangualde a terem condições para participar nos projectos sobre eficiência energética, ou do projecto sobre competitividade e inovação, em que apenas podem participar os municípios incluídos no Sistema Urbano de Viseu e que estão definidos no PROT. -----

---- Mais informou que tem havido um esforço por parte da CIMRDL para integrar os catorze municípios nos diversos projectos e aproveitou o ensejo para falar num projecto na área da cultura, que se pretende comum aos catorze municípios, apesar dos condicionalismos existentes, como por exemplo as salas de espectáculos terem de possuir determinadas condições, sendo necessário adaptar as candidaturas a apresentar. -----

---- Quanto aos sistemas de água e saneamento básico o Senhor Presidente do Conselho Executivo salientou que devido ao sistema verticalizado de distribuição de água; não será possível utilizar a verba disponível para uma candidatura neste domínio, pois devido à natureza do sistema de distribuição de água, as candidaturas só serão possíveis ser feitas ao POVT, pelo que a CIMRDL está a envidar esforços para que a verba disponível na contratualização, neste domínio, seja reorientada para a requalificação urbana. -----

---- Por último o Dr. Carlos Marta realçou, mais uma vez que, o Plano de Actividades e Orçamento, apresentados eram o possível face às verbas disponíveis e dependente da aprovação das candidaturas elaboradas pela CIMRDL, reafirmando que sempre que for possível elaborar candidaturas aos Programas Nacionais Temáticos, como é o caso da formação, a Comunidade realizará esforços para aproveitar esses fundos comunitários da melhor forma possível. -----

---- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Gomes Dias. -----

---- Na sua intervenção, o Senhor Deputado referiu que compreende que o orçamento tem de ser equilibrado em termos globais, mas aquilo que pretendia chamar a atenção era de que os orçamentos corrente e de capital estavam eles também equilibrados, o que já era mais invulgar. Referiu, ainda, que gostaria de saber qual o desempenho da Câmara Municipal de Sátão em relação aos restantes municípios da CIMRDL, no que se refere aos projectos que

foram candidatados, nomeadamente verbas e taxas de comparticipação envolvidas, os projectos que foram contratualizados bem como os que estão executados e de que forma o estão. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Executivo começou por agradecer a questão colocada pelo Senhor Deputado Fernando Dias afirmando que se encontra no site da CIMRDL a informação sobre os projectos aprovados no âmbito da contratualização, recordando todos os presentes que a CIMRDL não tem competências de fiscalização das câmaras municipais. Contudo as candidaturas que foram aprovadas foram-no, de acordo com as prioridades enumeradas, pelos Municípios, não tendo a CIMRDL qualquer responsabilidade nesta matéria.

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para questionar a Assembleia se alguém pretendia intervir. Não havendo ninguém inscrito, foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com três abstenções. Informou, ainda, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao sexto e último ponto da ordem de trabalhos – Outros Assuntos - Não se tendo verificado qualquer pedido para intervir, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, em especial a do Senhor Presidente do Conselho Executivo e do Senhor Secretário Executivo. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária. -----

*António Joaquim Santos Borralho
Mónica de Fátima Celso Pereira*